

Lições da crise

Não há como negar razão ao ministro da Fazenda quando afirma, em meio à mais grave crise vivida pela agricultura brasileira em todos os tempos, que os empresários agrícolas terão de encontrar um novo modelo de financiamento porque "o Estado faliu, não tem mais dinheiro". A desoladora afirmação é verdadeira quanto ao que concerne ao Estado e realista quanto à sugestão aos empresários rurais.

Ocorre, entretanto, que já não há mais tempo para se adotar o conselho do ministro. O modelo de financiamento para este ano tem de ser, compulsoriamente, aquele que vigora há decênios no País, o financiamento com recursos públicos. Ou será assim ou a safra de 89/90 sofrerá dramática redução tornando o País ingovernável no próximo ano.

Isto não é uma visão apocalíptica do problema, mas realística porque baseada no pressuposto, evidentemente correto, de que o setor agrícola não está preparado agora para autofinanciar-se e o País não pode abrir mão de, no mínimo, 70 milhões de toneladas de grãos no próximo ano.

Para a safra subsequente, os empresários rurais poderão de fato adotar novo modelo de financiamento. Numa economia capitalista como a nossa, na qual as pessoas produzem para ter lucro, o modelo de financiamento resulta diretamente do preço. Ou seja, para que um novo modelo seja possível o governo é que deverá

dar o primeiro passo, abstendo-se de determinar o preço pelo qual os produtores terão de vender seus produtos. O mercado é que deverá determiná-lo.

Sobrovém aqui uma questão: o consumidor brasileiro não dispõe de renda capaz de absorver preços que incorporem os custos reais da produção agrícola. Neste caso, cabe ao governo subsidiar o consumidor ou redistribuir compulsoriamente a renda. Como esta última hipótese é irrealizável a curto ou medindo prazos, impõe-se a outra alternativa. Com subsídio ao consumidor, o produtor poderá realizar seus objetivos empresariais, capacitando-se a obter financiamento no mercado livre do dinheiro. É assim que funcionam as economias de livre iniciativa. Não há fórmulas mágicas.

Caberá ao Estado, implantado este modelo, apenas o financiamento assistencialista, aquele voltado para as lavouras de pequeno porte. A grande empresa rural não terá dificuldade alguma em encontrar seus instrumentos de ação no próprio mercado, absolvendo desse ônus o governo, uma vez também absolvida do ônus da intervenção governamental.

Esperamos que a crise deste ano encerre lição útil para todos, especialmente para a tecnoburocracia estatal que parece não ter compreendido ainda o tamanho da explosão social que poderá advir de uma crise na produção de alimentos.